



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

EMENDA Nº
(ao PLP 108/2024)

Emenda modificativa ao Substitutivo ao PLP nº 108, de 2024 aprovado na CCJ.

Altera-se o § 4º do artigo 58, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 58º.

§ 4º Fica assegurada ao contribuinte a gratuidade do acesso aos sistemas informatizados e às interfaces de programação de aplicações (API), limitada às consultas mínimas necessárias ao cumprimento de obrigações acessórias relativas ao IBS e à CBS, disponibilizados, respectivamente, pelo CGIBS e pela RFB, conforme definido em regulamento. (...)

JUSTIFICAÇÃO

A limitação de acesso às APIs, especialmente quando condicionada ao ressarcimento de custos, representa um obstáculo direto à universalização da automação fiscal. Ao restringir o uso de interfaces técnicas a ambientes pagos e com número limitado de conexões simultâneas, a Reforma Tributária corre o risco de se tornar operacionalmente inviável para milhares de contribuintes que dependem de ERPs para cumprir suas obrigações legais.



Na prática, isso significa que empresas que não puderem arcar com os custos adicionais — ou que excederem os limites de requisições permitidas — ficarão obrigadas a realizar processos manuais, como o preenchimento via portais web. Esses portais não foram projetados para suportar grandes volumes de dados, tampouco oferecem estabilidade ou escalabilidade compatíveis com a nova realidade tributária. O resultado é um aumento exponencial no risco de erros, atrasos, retrabalho e exposição a penalidades fiscais.

Além disso, a limitação de acessos simultâneos é incompatível com a estrutura de grandes operações, que processam milhares de documentos fiscais por dia. Mesmo empresas de médio porte podem ser prejudicadas, especialmente aquelas que operam em múltiplas filiais ou com alto volume de transações.

Essa restrição não afeta apenas o setor de tecnologia ou os desenvolvedores de software — ela impacta diretamente todos os contribuintes, pois compromete a capacidade de seus sistemas de gestão fiscal de operar com conformidade, eficiência e segurança. A cobrança por uso de APIs transforma uma infraestrutura essencial em um serviço restrito, criando desigualdade de acesso à informação tributária e dificultando a adaptação ao novo modelo.

Do ponto de vista técnico, APIs não são opcionais, são o meio pelo qual os ERPs se comunicam com o Estado. Cobrar por esse acesso é equivalente a cobrar pelo direito de cumprir a lei com eficiência. Em um cenário de reforma, onde o objetivo é simplificar, integrar e reduzir litígios, limitar o acesso às ferramentas que viabilizam essa transformação é um contrassenso.

Portanto, é imperativo que o acesso as transações automatizadas necessárias para a apuração e o cumprimento das obrigações acessórias, inclusive aquelas que viabilizem a integração sistêmica com os ERPs seja garantido de forma gratuita, irrestrita e transparente, como parte da infraestrutura pública necessária para a implementação da Reforma Tributária. A interoperabilidade entre sistemas públicos e privados não pode ser tratada como



um serviço comercial, ela é um direito técnico dos contribuintes e uma obrigação institucional do Estado.

Sala das sessões, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)
Senador

